EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO FMS Nº 019/2023

PROCESSO Nº 007712/2023

Cód. CidadES Contratações: 2023.042E0500001.01.0005

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP E AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI, conforme Leis Complementares nºs 123, de 14 de dezembro de 2006, 128, de 19 de dezembro de 2008 e Lei Complementar Municipal nº 02, de 11 de dezembro de 2009 e 147 de 07 de agosto de 2014

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **MUNICIPIO DE LINHARES/ES**, pessoa jurídica de direito público, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, através da Equipe de Pregão, designada pela **Portaria n° 078, de 02 de maio de 2023**, sediada Avenida Augusto Pestana, n.º 790, Centro, Linhares, Estado do Espírito Santo, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, modo de disputa **ABERTO nos termos da Lei** nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município, denominada Pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br.

1.2 O Edital poderá ser lido e obtido nos sítios oficias do Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br e da Prefeitura Municipal de Linhares - www.linhares.es.gov.br/ Licitações.

1.3 Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos:

RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO ATÉ:	**23:59 horas do dia 14/07/2023.**
RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO ATÉ:	**23:59 horas do dia 14/07/2023.**
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ:	**08:00 horas do dia 19/07/2023.**
ABERTURA DA SEÇÃO PÚBLICA:	**09:00 horas do dia 19/07/2023.**
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:	**09:00 horas do dia 19/07/2023.**

2. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br

3. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

3.1 O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário do início da disputa.

4. REFERÊNCIA DE TEMPO

4.1 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5. DO OBJETO

5.1 O presente Pregão tem por objeto a contratação de Empresa Especializada em recarga de Extintores de Incêndio com carga de água pressurizada, Pó Químico e Gás Carbônico e realização de teste hidrostático, com pintura e substituição de mangueiras danificadas que apresentarem alguma avaria como estar ressecada, rachadura, cortes, furos ou ainda se as extremidades estão em condições de uso e verificação se o bico ou o niple estão bem cravados na mangueira plástica, e se a rosca do niple está em condições de uso, do Hospital Geral de Linhares e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde, deste Município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

6. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

6.1 Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do sítio **www.portaldecompraspublicas.com.br**.

6.2 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

6.3 Os interessados em se credenciar no Portal de Compras Públicas poderão obter maiores informações na página **www.portaldecompraspublicas.com.br**, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal ou pelo e-mail falecom@portaldecompraspublicas.com.br.

6.4 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.5 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Secretaria Municipal de Saúde responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.6 O credenciamento junto ao Portal de Compras Públicas implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

6.7 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

6.8 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei complementar nº 123 de 14.12.2006 e alterada pela Lei Complementar n° 147/2014 de 07.08.2014, para que essa possa gozar dos benefícios previstos no Capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento acrescentar as expressões "Microempresa" ou "Empresa de Pequeno Porte" ou suas respectivas abreviações, "ME" ou "EPP", à sua firma ou denominação, conforme o caso.

6.8.1 Caso a proponente já esteja cadastrada no sistema e não constem os dados acima em sua firma ou denominação, deverá providenciar a alteração de seu cadastro no sistema.

7. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1 Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

7.1.1 Consideram-se Micro e Pequenas Empresas aptas à participação no presente certame aquelas que preenchem os requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não se enquadrem em nenhuma das situações descritas no Parágrafo 4º do referido Art. 3º.

7.2 Estarão impedidas de participar, direta ou indiretamente, de qualquer fase deste processo licitatório os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

7.2.1 estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta por qualquer órgão da Administração Pública motivada pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei no. 8.666/93;

7.2.2 sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;

7.2.3 estejam sob falência; e

7.2.4 se enquadram no disposto no art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações.

7.3 Não será permitida a participação na licitação de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

7.4 Não será permitida a participação na licitação de sociedades constituídas em forma de CONSÓRCIO.

8. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

8.1 O certame será conduzido pela Pregoeira, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

8.1.1 acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

8.1.2 responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

8.1.3 abrir as propostas de preços;

8.1.4 analisar a aceitabilidade das propostas;

8.1.5 desclassificar propostas indicando os motivos;

8.1.6 conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

8.1.7 verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

8.1.8 declarar o vencedor;

8.1.9 receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

8.1.10 elaborar a ata da sessão;

8.1.11 encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

8.1.12 convocar o vencedor para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;

8.1.13 abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema **www.portaldecompraspublicas.com.br**, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

10.1 O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes **Declarações *on line***, fornecidas pelo Sistema de Pregão Eletrônico:

10.2 Declaração de que cumprem os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, quando for o caso;

10.3 A indicação do campo "não" apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

10.4 Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

10.5 As declarações exigidas neste edital e não disponibilizadas diretamente no sistema deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta de preços e/ou com os documentos de habilitação, e somente após requisição do Pregoeiro.

10.6 Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas no Edital.

10.7 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.7.1 Valor unitário e total do item;

10.7.2 Marca (no que couber);

10.7.3 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

10.8 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.9 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.10 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.11 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias**,** a contar da data de sua apresentação.

10.12 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

10.12.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do ES e, após o devido processo legal, gerar as seguintes conseqüências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do

contrato.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

11.3 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

11.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.5 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

11.8 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.9 O lance deverá ser ofertado pelo **valor total do lote.**

11.10 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital. Contendo cada lance no máximo 02 (duas) casas decimais, relativas à parte dos centavos.

11.11 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.12 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 03 (três) segundos.

11.13 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

11.14 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto",** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.15 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.16 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviado nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.17 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á

automaticamente.

11.18 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

11.19 Não serão aceitos 02 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.20 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.21 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico (**Portal de Compras Públicas**).

11.22 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.23 Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, http://www.portaldecompraspublicas.com.br, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura.

11.24. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço por lote**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

11.25 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.26 Nessas condições, as propostas de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.27 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.28 Caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.29 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.30 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

11.31 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

11.32 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

11.32.1 no pais;

11.32.2 por empresas brasileiras;

11.32.3 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

11.32.4 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

11.33 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

11.34 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

11.35 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.36 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo **de 03 (três) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.37 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta..

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA ARREMATANTE/VENCEDORA

12.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

12.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexeqüível.

12.3 Considera-se inexequível a proposta que apresente preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

12.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exeqüibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

12.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

12.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade

disponível no sistema, no prazo de **03 (três) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

12.7 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceito pelo Pregoeiro.

12.8 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

12.9 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.10 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

12.11 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

12.12 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

12.13 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.14 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

12.15 A proposta declarada vencedora será inserida, na fase de Aceitação, no campo "Valor Negociado", com a devida justificativa

13. DA HABILITAÇÃO

13.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

13.1.1 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/);

13.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

13.4 No caso de inabilitação haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.5 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

13.6 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de inabilitação.

13.7 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital. (prazo de 03 (três) dias úteis)

13.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.9 Se o licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.10 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

13.11 Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

13.12 HABILITAÇÃO JURÍDICA

13.12.1 Registro comercial, no caso de empresa individual; ou

13.12.2 Ato constitutivo e alterações subsequentes, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou

13.12.3 Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício; ou

13.12.4 Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.12.5 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

13.13 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.13.1 Certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial, ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante em data não superior a 30 (trinta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

13.13.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do exercício social **2022**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; Estes documentos deverão conter as assinaturas dos sócios, do contador ou técnico responsável com os respectivos termos de abertura e encerramento, registrados na Junta Comercial ou Cartório de Registro, comprovando a boa situação financeira da empresa, veda a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. As empresas obrigadas, na forma da Lei, a escriturara movimentação contábil através do Sistema Público de Escrituração Contábil Digital - (SPED) deverão apresentar o Recibo e as Demonstrações Contábeis extraídas do Sistema Público de Escrituração Contábil Digital - (SPED) juntamente com os Termos de Abertura e Encerramento do último exercício social.

13.13.2.1 Se tratando de MEI - Micro Empreendedor Individual, será indispensável a apresentação do Balanço patrimonial.

13.13.3 O conjunto completo de demonstrações contábeis da entidade deve incluir todos os seguintes demonstrativos, no que couber:

a) balanço patrimonial ao final do período;

b) demonstração do resultado do período de divulgação;

c) demonstração do resultado abrangente do período de divulgação. A demonstração do resultado abrangente pode ser apresentada em quadro demonstrativo próprio ou dentro das mutações do patrimônio líquido. A demonstração do resultado abrangente, quando apresentada separadamente, começa com o resultado do período e se completa com os itens dos outros resultados abrangentes;

d) demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período de divulgação;

e) demonstração dos fluxos de caixa para o período de divulgação;

f) notas explicativas, compreendendo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias.

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL	ME E EPP ITG 1000	PME's NBC TG 1000	REGRA GERAL	S.A DE CAPITAL ABERTO
B.P.	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
D.R.	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
D.R.A.	Facultativa	Pode ser substituída pela DLPA	Obrigatório	Obrigatório

D.L.P.A.	Facultativa	Facultativa (Obrigatória se substituír a DRA ou a DMPL)	Facultativa	Facultativa
D.M.P.L.	Facultativa	Pode ser Substituída pela DLPA	Obrigatório	Obrigatório
D.F.C.	Facultativa	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
N.E.	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
D.V.A.	Facultativa	Facultativa	Facultativa	Obrigatório

13.13.4 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

13.13.4.1 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez) do valor estimado da contratação ou do item pertinente

13.14 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

13.14.1 Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

13.14.2 Comprovação de Regularidade com a Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais conjunta com a Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida por órgão da Secretaria da Receita Federal, **unificada com a Certidão Negativa de Débito com o INSS,** demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por lei, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – conforme Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014).

13.14.3 Comprovação de Regularidade perante a Fazenda Municipal: Certidão dos Tributos relativos ao domicílio ou sede do proponente.

13.14.4 Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu

ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.

13.14.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, fornecida no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho: www.tst.gov.br <http://www.tst.gov.br> Em atendimento a Lei 12.440/2011 e a Resolução Administrativa do Tribunal Superior do Trabalho nº 1470/2011.

13.15 REGULARIDADE CADASTRAL

13.15.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

13.16 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.16.1 Comprovação de aptidão para o desempenho de atividades pertinentes, compatíveis em características, quantidades e prazos, mediante apresentação de atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatíveis com o objeto desta licitação, devidamente assinado pela pessoa responsável, preferencialmente em papel timbrado da empresa emissora.

13.17 DECLARAÇÕES

13.17.1 Em atendimento à legislação vigente, deverão ser apresentadas as seguintes Declarações:

I. DECLARAÇÃO de inexistência de fato superveniente impeditivo, na forma do modelo ANEXO.

II. DECLARAÇÃO de atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da CF, na forma do modelo ANEXO.

14. OBSERVAÇÕES SOBRE A HABILITAÇÃO

14.1 Em cumprimento o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 o licitante DEVERÁ anexar todos os documentos dos itens **13.12, 13.13, 13.14, 13.15, 13.16 e 13.17** no Portal de Compras Públicas.

14.2 Os documentos deverão ser apresentados em originais, via Internet ou cópias autenticadas em cartório (selo/chave) ou por servidor da unidade realizadora do Pregão, ou por órgãos da imprensa oficial, ficando os mesmos como parte integrante do processo Licitatório nos termos do Art.32 da Lei 8666/93.

14.3 Caso as certidões expedidas pela Fazenda Estadual e Municipal, quando exigidas, não tragam consignados os respectivos prazos de validade, e estes não sejam do nosso conhecimento, o Pregoeiro considerará como máximos, os prazos vigentes no Estado do Espírito Santo e Município de Linhares, 90 (noventa) e 60 (sessenta) dias, respectivamente.

14.4 A confirmação da veracidade das certidões emitidas pela internet apresentadas pelos licitantes será feita pelos Pregoeiros (as) e/ou Membros da Equipe de Apoio, através dos respectivos sites.

14.5 Em caso de restrição quanto à documentação de regularidade fiscal apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (que se manifestou como tal no sistema do provedor), ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Municipal, para que regularize sua documentação fiscal, conforme art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, cujo termo inicial será o término do prazo estipulado para entrega da documentação habilitatória e proposta.

14.6 Caso a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte não regularize sua documentação fiscal no prazo estabelecido acima, decairá seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993 e suas alterações, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

15. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA ARREMATANTE/VENCEDORA

15.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 03 (três) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá: ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

15.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

15.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

15.4 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

15.5 A oferta deverá ser firme e precisa limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

15.6 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

15.7 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1 **Até 03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

16.2 A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

16.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **até 02 (dois) dias úteis** contados da data de recebimento da impugnação.

16.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br

16.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **02 dois dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

16.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.8 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

16.9 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio **www.portaldecompraspublicas.com.br**, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

17. DOS RECURSOS

17.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso, será concedido o prazo de **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

17.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

17.3 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

17.4 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

17.5 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

18. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

18.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

18.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

18.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

18.1.3 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

18.1.4 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

18.1.5 A convocação feita por e-mail, sendo responsabilidade de o licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

19. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

19.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

19.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA ARREMATANTE/VENCEDORA

20.1 A empresa vencedora obrigar-se-á a cumprir o Contrato, este edital e as disposições de sua proposta.

20.2 A empresa licitante declarada vencedora deverá apresentar sua proposta atualizada e os documentos exigidos no Edital e TR, **no prazo de 03 (três) horas;** ficará na responsabilidade da secretaria quanto o ateste no atendimento da documentação.

20.2.1 ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO, expedido pelo Município e/ou Estado, com validade na data de abertura da licitação, vedados quaisquer protocolos ou cadastros;

20.2.2 Licença do Corpo de Bombeiros; (Não serão aceitos Protocolos).

20.2.3 Certificado de Conformidade do Produto, junto ao INMETRO, da empresa fabricante do objeto licitado (Não serão aceitos Protocolos).

20.3 Os documentos da empresa declarada arrematante/vencedora, constantes no item 20.2 e seus subitens deste edital, ficarão na responsabilidade da secretaria quanto o ateste no atendimento da documentação.

20.4 O licitante vencedor será convocado pela Administração para assinatura do termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito de contratação conforme estipulado nos art. 64 e 81 da Lei nº 8.666/93.

20.5 Os documentos exigidos para a empresa declarada arrematante/vencedora, consoante o estabelecido no item 20.2 deste Edital, não poderão, em hipótese alguma, ser substituído por protocolos que configurem o seu requerimento.

21. 6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.6.1 Entregar os materiais e execução dos serviços conforme estabelecido no contrato e de acordo com as necessidades da Secretaria, fiscalizando-os juntamente com o servidor especialmente designado para essa tarefa;

21.6.2 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

21.3 Dispor de equipamento, material e pessoal especializado e no quantitativo necessário ao cumprimento do objeto contratado, respeitando as normas de higiene e segurança no trabalho;

21.4 Indenizar o CONTRATANTE, por quaisquer danos pessoais ou materiais, quando resultantes de ação ou omissão, negligência, imprudência ou imperícia dos seus empregados ou prepostos, bem como reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução ou de materiais empregados;

21.5 Arcar com o pagamento de taxas, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, bem como seguros, desde que resultantes da contratação com o Município;

21.6 Credenciar, junto a Secretaria Municipal de Saúde, um representante para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato;

21.7 Emitir, Nota Fiscal/Fatura discriminativa contendo os materiais a serem entregues devidamente atestadas por servidor credenciado, onde o CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes as multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos do edital, desde que não haja nenhum fato impeditivo.

21.8 Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da legislação vigente.

21.9 Entregar os materiais e executar os serviços de acordo com as condições e prazos propostos;

21. 10 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;

21.11 Considerando a obrigatoriedade de publicação dos contratos devidamente assinados no Portal de Transparência, para atendimento da Lei nº 12.527/11 de 18/11/11 (Lei Acesso a Informação) e a Lei Complementar nº 131/2009 de 27/05/2009, necessário se faz a **assinatura digital dos contratos** a serem celebrados com o Município. (Certificado Digital).

21.12 Realizar as recargas, teste hidrostático e pinturas e identificação com placas nos extintores;

21.13 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;

21.14 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII, do artigo 55, da Lei Nº 8.666/93 e alterações.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 Se o licitante desistir de sua proposta ou não a mantiver após a abertura dos envelopes de proposta de preço, falharem ou fraudarem na execução do contrato/ordem de fornecimento, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa no certame, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Pública Municipal.

22.1.1 Advertência - nos casos de:

a) Desistência parcial da proposta, devidamente justificada;

b) Cotação errônea parcial ou total da proposta, devidamente justificada.

c) Não apresentação de amostra, quando solicitada.

22.1.2 Multa - nos seguintes casos e percentuais:

a) Por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento até 30 (trinta) dias: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total contratado;

b) Por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento, superior a 30 (trinta) dias: 15% (quinze por cento) sobre o valor global contratado, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho ou rescisão contratual;

c) Por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;

d) Recusa do adjudicatário em receber o contrato/ordem de fornecimento, dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;

e) Por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Fornecimento: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ou sobre a parcela não executada, respectivamente.

22.1.3 As multas serão descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso.

22.1.4 Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Linhares/ES, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

I - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

II - não entregar a documentação exigida no edital;

III - apresentar documentação falsa;

IV - causar o atraso na execução do objeto;

V - não mantiver a proposta;

VI - falhar na execução do contrato;

VII - fraudar a execução do contrato;

VIII - comportar-se de modo inidôneo;

IX - declarar informações falsas; e

X - cometer fraude fiscal

a) Por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento superior a 31 (trinta e um) dias: até 03 (três) meses;

b) Por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: até 01 (um) ano;

c) Por reincidência, no mínimo de 03 (três) vezes, em não apresentação de amostra, quando solicitada: até 01 (um) ano;

d) Por recusa do adjudicatário em assinar/receber o Contrato/Ordem de Fornecimento, dentro de até 05 (cinco) dias úteis da data da convocação: até 01 (um) ano;

e) Por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Compras: até 02 (dois) anos;

22.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes

22.2 A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública e a Declaração de inidoneidade será declarado em função da natureza e gravidade da falta cometida e serão aplicadas pelo Prefeito Municipal, as demais sanções pelo Gestor/Fiscal do Contrato.

22.3 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.4 Da aplicação das penalidades definidas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação.

22.5 O recurso será dirigido à autoridade competente que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis.

22.6 Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade caberão pedidos de reconsideração, apresentado a autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

22.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

23. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1 As despesas decorrentes desta Licitação correrão à conta de dotação orçamentária própria consignada no Orçamento Municipal para o exercício de 2023 e subsequentes, a saber:

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01.10.122.0100.2069 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEMUS APOIO
3.3.90.30.000 - MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 021
RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTO E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO - SAÚDE

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01.10.122.0100.2069 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEMUS APOIO
3.3.90.39.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - FICHA 023
RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTO E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO - SAÚDE

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01.10.122.0100.2070 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CENTRAL DE TRANSPORTES
3.3.90.30.000 - MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 033

RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTO E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO - SAÚDE

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01.10.122.0100.2070 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CENTRAL DE TRANSPORTES
3.3.90.39.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - FICHA 035
RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTO E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO - SAÚDE

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01.10.301.0097.2082 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE
3.3.90.30.000 - MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 053
RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTO E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO - SAÚDE

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01.10.301.0097.2082 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE
3.3.90.39.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - FICHA 056
RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTO E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO - SAÚDE

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01.10.302.0098.2075 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL GERAL DE LINHARES
3.3.90.30.000 - MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 110
RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTO E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO - SAÚDE

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01.10.302.0098.2075 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL GERAL DE LINHARES
3.3.90.39.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - FICHA 112
RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTO E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO - SAÚDE

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01.10.302.0098.2077 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE SANITÁRIA DE LINHARES - USL III
3.3.90.30.000 - MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 126
RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTO E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO - SAÚDE

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01.10.302.0098.2077 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE SANITÁRIA DE LINHARES - USL III
3.3.90.39.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - FICHA 128

RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTO E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO - SAÚDE

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01.10.302.0098.2081 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE FISIOTERAPIA DE LINHARES - CEFIL
3.3.90.39.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - FICHA 186
RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTO E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO - SAÚDE

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01.10.303.0095.2086 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO FARMACÊUTICA
3.3.90.30.000 - MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 205
RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTO E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO - SAÚDE

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01.10.303.0095.2086 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO FARMACÊUTICA
3.3.90.39.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - FICHA 208
RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTO E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO - SAÚDE

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01.10.304.0099.2072 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
3.3.90.30.000 - MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 214
RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTO E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO - SAÚDE

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01.10.304.0099.2072 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
3.3.90.39.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - FICHA 216
RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTO E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO - SAÚDE

24. DO CONTRATO

24.1 Será firmado contrato com o licitante vencedor que terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/1993.

24.2 O licitante vencedor será convocado pela Administração para assinatura do termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito de contratação conforme estipulado nos art. 64 e 81 da Lei nº 8.666/93.

24.3 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual.

25. DO PAGAMENTO

25.1 O pagamento será feito mediante depósito bancário na conta corrente da CONTRATADA, no banco e respectiva agência mencionadas em sua proposta, até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, caso haja a aceitabilidade do bem, cumprindo o fornecedor as etapas estabelecidas no Edital/Empenho, cabendo ao contratado comprovar sua regularidade fiscal conforme solicitado para habilitação no certame licitatório.

25.2 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0, 00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

I = 0, 00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

25.3 A **CONTRATADA** deverá informar no corpo da Nota Fiscal/Fatura o número do Pregão, número do Processo, número do Empenho e número da Autorização de Fornecimento.

26. VIGÊNCIA DO CONTRATO

26.1 O contrato terá sua vigência no **período de 12 (doze) meses,** contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação.

27. PRAZOS E CONDIÇÕES DA ENTREGA DOS MATERIAIS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

27.1 As recargas e demais serviços nos extintores de incêndio, serão executados de acordo, com um cronograma previamente elaborado pelo fiscal do contrato.

27.2 A empresa vencedora deverá retirar e entregar os extintores de incêndios, para execução dos serviços, nos endereços relacionados no Anexo II,ficando a cargo da contratada todos os custos necessários para o transporte e a execução do serviço, após solicitação do fiscal do contrato, em dias úteis no horário das 8h às 16h.

27.3 Os extintores deverão ser entregues em perfeitas condições de uso e de acordo com as especificações estabelecidas no Edital/Empenho, observando-se, também os prazos de entrega estabelecidos para que se declarem os aceites.

27.4 O servidor responsável pelo recebimento dos extintores poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos materiais ou até mesmo a substituição por outros novos, no prazo

máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir do recebimento daqueles que forem devolvidos.

27.5 O Objeto da licitação será recebido previamente para verificação de atendimento aos requisitos editalícios e posteriormente o recebimento total com o devido ateste de recebimento da nota fiscal.

27.6 Os materiais e serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

27.7 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais e execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados

28. DO REAJUSTE

28.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

28.2 A CONTRATADA deverá requerer o reajuste, se assim entender necessário, após o transcurso de 01 (um) ano, contados da apresentação da proposta, nos termos do artigo 40, inciso XI da Lei nº 8.666/93.

28.3 O índice a ser utilizado para o reajuste, será o INPC/IBGE ou por outro índice oficial que vier substituí-lo, acumulado durante o período.

28.4 O reajuste será realizado por apostilamento.

29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

29.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

29.3 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

29.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

29.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

29.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

29.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do

vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

29.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

29.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo prevalecerão as deste Edital, as demais disposições constantes na Lei nº 10.520/2002, e do Decreto nº 10.024/2019, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações e pela Lei Complementar nº 123/2006

29.10 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.linhares.es.gov.br, www.portaldecompraspublicas.com.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço, no Setor de Licitações da PML, situado na Avenida Augusto Pestana, 790, Centro, Linhares/ES, nos dias úteis, no horário das 8:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

29.11 O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital, será na Comarca de Linhares- ES, com exclusão de qualquer outro.

29.12 Integram este Edital, independente de transcrição, os seguintes anexos:

A) Anexo I - Termo de Referência;

B) Anexo II - Minuta de Contrato;

C) Anexo III – Modelo de Proposta Comercial;

D) Anexo IV - Modelo de Declaração de enquadramento no Regime de Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP ou Micro Empreendedor Individual.

E) Anexo V - Modelo de Declaração de Inexistência de fato superveniente impeditivo à habilitação na presente licitação;

F) Anexo VI - Modelo de Declaração de Inexistência de menores em seu quadro de pessoal, conforme determina o Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e Lei n.º 9.854/99, regulamentada pelo Decreto n.º 4.358/02;

G) **Anexo VII -** Planilha de distribuição de recarga de extintores de incêndio por setor

H) **Anexo VIII -** Planilha De Distribuição De Recarga De Extintores De Incêndio Por Setor Com Endereço

Linhares - ES, 05 de julho de 2023.

Sônia Dalmolin de Souza
Secretária Municipal de Saúde

PREGÃO ELETRÔNICO FMS Nº ----/2023
ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

DO OBJETIVO

O presente Termo de Referência tem por objetivo definir o conjunto de elementos que norteiam a Contratação de Empresa Especializada em recarga de Extintores de Incêndio com carga de água pressurizada, Pó Químico e Gás Carbônico e realização de teste hidrostático, com pintura e substituição de mangueiras danificadas que apresentarem alguma avaria como estar ressecada, rachadura, cortes, furos ou ainda se as extremidades estão em condições de uso e verificação se o bico ou o niple estão bem cravados na mangueira plástica, e se a rosca do niple está em condições de uso, do Hospital Geral de Linhares e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde de Linhares, por um período de **12 (doze) meses**, através de licitação na **modalidade Pregão** na **forma Eletrônica** no **critério de Julgamento Menor Preço por lote.**

DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada em recarga de Extintores de Incêndio com carga de água pressurizada, Pó Químico e Gás Carbônico e realização de teste hidrostático, com pintura e substituição de mangueiras danificadas que apresentarem alguma avaria como estar ressecada, rachadura, cortes, furos ou ainda se as extremidades estão em condições de uso e verificação se o bico ou o niple estão bem cravados na mangueira plástica, e se a rosca do niple está em condições de uso, do Hospital Geral de Linhares e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde de Linhares, por um período de **12 (doze) meses**, através de **licitação** na modalidade **Pregão** na **forma Eletrônica** no critério de **Julgamento Menor Preço por lote**.

DA JUSTIFICATIVA

Trata-se de Contratação de Empresa Especializada em recarga de Extintores de Incêndio com carga de água pressurizada, Pó Químico e Gás Carbônico e realização de teste hidrostático, com pintura e substituição de mangueiras danificadas que apresentarem alguma avaria como estar ressecada, rachadura, cortes, furos ou ainda se as extremidades estão em condições de uso e verificação se o bico ou o niple estão bem cravados na mangueira plástica, e se a rosca do niple está em condições de uso, do Hospital Geral de Linhares e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde de Linhares, por um período de **12 (doze) meses**, através de licitação na **modalidade Pregão** na **forma Eletrônica** no **critério de Julgamento Menor Preço por lote.**

Considerando que o extintor de incêndio é um equipamento necessário para medidas emergenciais de combate a incêndios, e sua carga deve ser substituída e a manutenção realizada, após o vencimento de seu prazo de validade, para que o equipamento mantenha sua eficácia, de acordo com as normas vigentes.

A contratação do serviço de recarga dos extintores justifica-se considerando a necessidade de garantir a eficácia do sistema de combate a incêndio no Hospital e dos demais setores da Secretaria Municipal de Saúde por meio de extintores, a fim de combater o fogo em seu início, buscando proteger a integridade de pessoas e os bens dos estabelecimento sem caso de eventual sinistro.

Considerando o atendimento as NR's de segurança e proteção do bem estar público e também a segurança dos profissionais de saúde e usuários dos estabelecimentos de saúde do Município de Linhares.

Considerando que as recargas dos extintores deverão ser realizadas anualmente, ou segundo recomendações do fabricante, conforme NBR 12962 E NT 122009 CBMES.

DA ESTIMATIVA DE CUSTO GLOBAL

O valor estimado para aquisição dos materiais será baseado no preço médio através de pesquisa de preços realizada pelo Setor de Compras/SEMUS.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Considerando que entrou em vigor a nova Lei de Licitações nº 14.133/20221, que possibilita sua utilização ou da Lei anterior (Lei 8.666/93) pelo prazo de 02 (dois) anos a contar de 1º de abril de 2021, desde que todo o processo seja instruído com apenas uma delas, informo que:

O presente certame será regido de acordo com a **Lei Federal n.º 8.666**, de 21 de junho de 1993, republicada no Diário Oficial da União – DOU em 06 de junho de 1994, e alterações, pela **Lei n.º 10.520**, de 17 de julho de 2002, pela, e pela **Lei Complementar 123**, de 14 de dezembro de 2006.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta da dotação orçamentária própria consignada no Orçamento Municipal para o exercício de 2022, conforme abaixo:

Manutenção das Atividades das Unidades Básicas de Saúde
Material de Consumo
Ficha: 053
Fonte: 15000015

Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 056
Fonte: 15000015

Manutenção das Atividades da Assistência Farmacêutica
Material de Consumo
Ficha: 205
Fonte: 15000015

Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 208
Fonte: 15000015

Manutenção das Atividades do Núcleo de Atenção em Políticas de Saúde - NAPS
Material de Consumo
Ficha: 160
Fonte: 15000015

Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 162
Fonte: 15000015

Manutenção das Atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS II
Material de Consumo
Ficha: 143
Fonte: 15000015

Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 145
Fonte: 15000015

Manutenção das Atividades do CEFIL
Material de Consumo
Ficha: 184
Fonte: 15000015

Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 186
Fonte: 15000015

Manutenção das Atividades do Centro de Especialidades - USL
Material de Consumo
Ficha: 126
Fonte: 15000015

Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 128
Fonte: 15000015

Manutenção das Atividades do Hospital Geral de Linhares - HGL
Material de Consumo
Ficha: 110
Fonte: 15000015

Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 112
Fonte: 15000015

Manutenção das Atividades Administrativas - SEMUS
Material de Consumo
Ficha: 021
Fonte: 15000015

Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 023
Fonte: 15000015

Manutenção das Atividades do Setor de Transportes
Material de Consumo
Ficha: 033
Fonte: 15000015

Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 035
Fonte: 15000015

Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária
Material de Consumo
Ficha: 214

Fonte: 15000015

Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 216
Fonte: 15000015

As despesas poderão ser pagas através dos **recursos próprios**, conta corrente 20.067.104 agência 0124, Banestes.

DA ESPECIFICAÇÃO:
Conforme especificações descritas no **OF/COMPRAS/SEMUS/Nº 3963 DE 24/03/2022.**

Lote	Item	Unid	Quant	Especificação
A)	1.	Und	169	RECARGA DE ÁGUA PRESSURIZADA (AP) PARA EXTINTOR DE INCENDIO COM CAPACIDADE DE 10L - Recarga de Extintor de incêndio, com capacidade de 10L, com carga de Água Pressurizada (AP)
	2.	Und	18	RECARGA DE PÓ QUIMICO SECO (PQS) PARA EXTINTOR DE INCENDIO COM CAPACIDADE DE 4KG - Recarga de Extintor de incêndio, com capacidade de 4KG, com carga de Pó Químico Seco
	3.	Und	121	RECARGA DE PÓ QUIMICO SECO (PQS) PARA EXTINTOR DE INCENDIO COM CAPACIDADE DE 6KG - Recarga de Extintor de incêndio, com capacidade de 6KG, com carga de Pó Químico Seco
	4.	Und	11	RECARGA PARA EXTINTOR EM PO QUIMICO COM 12 KG - Recarga de Extintor de incêndio, com capacidade de12kg, com carga pó químico seco (PQS).
	5.	Und	29	RECARGA DE GAS CARBONICO CO2 PARA EXTINTOR DE INCENDIO COM CAPACIDADE DE 6KG - Recarga de Extintor de incêndio, com capacidade de 6 kg, com carga de gás carbônico (CO2).
	6.	Serv	354	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE TESTE HIDROSTATICO EM EXTINTOR DE INCENDIO COM CARGA DE ÁGUA PRESSURIZADA, CARGA EM PÓ QUÍMICO SECO (PQS) E CARGA EM GÁS CARBÔNICO (CO2) - Teste hidrostático em extintor de incêndio, com pintura e substituição de mangueiras danificadas (que apresentarem alguma avaria como estar ressecada, rachadura, cortes, furos ou ainda se as extremidades estão em condições de uso e verificação se o bico ou o niple estão bem cravados na mangueira plástica, e sea rosca do niple está em condições de uso.

	7.	Und	6	RECARGA DE GAS CARBONICO CO2 PARA EXTINTOR DE INCENDIO COM CAPACIDADE DE 10KG - Recarga de Extintor de incêndio, com capacidade de 10 kg, com carga de gás carbônico (CO2).

DO PRAZO, FORMA E LOCAL DA EXECUÇÃO

1. As recargas e demais serviços nos extintores de incêndio, serão executados de acordo, com um cronograma previamente elaborado pelo fiscal do contrato.

2. A empresa vencedora deverá retirar e entregar os extintores de incêndios, para execução dos serviços, nos endereços relacionados no Anexo II,ficando a cargo da contratada todos os custos necessários para o transporte e a execução do serviço, após solicitação do fiscal do contrato, em dias úteis no horário das 8h às 16h.

3. Os extintores deverão ser entregues em perfeitas condições de uso e de acordo com as especificações estabelecidas no Edital/Empenho, observando-se, também os prazos de entrega estabelecidos para que se declarem os aceites.

4. O servidor responsável pelo recebimento dos extintores poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos materiais ou até mesmo a substituição por outros novos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir do recebimento daqueles que forem devolvidos.

DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de vigência do presente CONTRATO será de**12 (doze) meses,** contados a partir da data de assinatura e sua eficácia dar-se-á a partir da data de sua publicação resumida na Imprensa Oficial do Estado, na forma do parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93.

A garantia dos serviços deverá ser de 12 (doze) meses, de acordo com as normativas vigentes.

DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato será acompanhada pelos servidores abaixo relacionados, designados representantes da Administração nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, que deverão atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, o que não será permitido qualquer pagamento:

Unidades	Responsáveis
HGL – Hospital Geral de Linhares	Edmar Magnago Klein
SEMUS e demais setores	Valdir Rottemberg Filho

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Compete à Contratada

d) A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

e) Realizar as recargas, teste hidrostático e pinturas e identificação com placas nos extintores;

f) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;

g) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII, do artigo 55, da Lei Nº 8.666/93 e alterações.

Compete à Contratante

1. Fornecer à contratada todas as informações necessárias visando propiciar a perfeita execução dos serviços;

2. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, por meio do servidor designado pela Secretaria competente, na forma prevista da Lei nº 8.666/93, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada;

3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bensrecebidos com as especificações constantes no Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

4. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, em até 30 (trinta) dias após a certificação das Notas Fiscais, de acordo com as condições de preço e pagamento estabelecidos no Edital e seus anexos;

DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.

DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento será o de **menor preço por lote**.

Acerca do critério adotado para o julgamento o de “menor preço por lote”,esclarecemos que é a opção mais vantajosa para a Administração, do ponto de vista técnico e econômico, considerando que a fragmentação do objeto desta contratação importa em impossibilidade da execução satisfatória do serviço.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Comprovação de aptidão para o desempenho de atividades pertinentes compatíveis em características, quantidades e prazos, mediante apresentação de atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito publico ouprivado, compatíveis com o objeto desta licitação, devidamente assinado pela pessoa responsável, preferencialmente em papel timbrado da empresa emissora.

DOCUMENTAÇÕES OBRIGATÓRIAS PARA O (OS) LICITANTE (S) DECLARADO (S) VENCEDOR (ES) DO CERTAME.

1. ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO, expedido pelo Município e/ou Estado, com validade na data de abertura da licitação, vedados quaisquer protocolos ou cadastros;

2. Licença do Corpo de Bombeiros; **(Não serão aceitos Protocolos**).

3. Certificado de Conformidade do Produto, junto ao **INMETRO,** da empresa fabricante do objeto licitado **(Não serão aceitos Protocolos**).

A documentação deverá ser direcionada ao pregoeiro do certame.

Linhares-ES, 24 de Março de 2023.

Sonia Maria Dalmolim de Souza
Secretária Municipal de Saúde
Fundo Municipal de Saúde de Linhares/ES

Edinalva Pereira Souza Cunha
Assessora Especial de Gestão
Hospital Geral de Linhares - HGL

Valdir Rottemberg Filho
Chefe de Divisão de Serviços
Gerais - SEMUS

RELAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

Ítem	*LOTE*	*Especificação*	*Unidade*	*Quantidade*	*Unitário*	*Valor Total*
00001	**001**	RECARGA DE AGUA PRESSURIZADA (AP) PARA EXTINTOR DE INCENDIO COM CAPACIDADE DE 10L Recarga de Extintor de incêndio, com capacidade de 10 L, com carga de Água Pressurizada (AP)	UND	169	33,50	5.661,50
00002		RECARGA DE PO QUIMICO SECO (PQS) PARA EXTINTOR DE INCENDIO COM CAPACIDADE DE 4KG Recarga de Extintor de incêndio, com capacidade de 4KG, com carga de Pó Químico Seco	UND	18	30,95	557,10
00003		RECARGA DE PO QUIMICO SECO (PQS) PARA EXTINTOR DE INCENDIO COM CAPACIDADE DE 6KG Recarga de Extintor de incêndio, com capacidade de 6KG, com carga de Pó Químico Seco	UND	121	38,38	4.643,98
00004		RECARGA PARA EXTINTOR EM PO QUIMICO COM 12 KG Recarga de extintor de incendio com capacidade de 12 kg, com carga po quimico seco (PQS)	UND	11	58,50	643,50
00005		RECARGA DE GAS CARBONICO CO2 PARA EXTINTOR DE INCENDIO COM CAPACIDADE DE 6KG Recarga de Extintor de incêndio, com capacidade de 6 kg, com carga de gás carbônico (CO2).	UND	29	65,09	1.887,61
00006		CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXTINTORES DE INCENDIO Teste hidrostático em extintor de incêndio, com pintura e substituição de mangueiras danificadas que apresentarem alguma avaria como estar ressecada, rachadura, cortes, furos ou ainda se as extremidades estão em condições de uso e verificação se o bico ou o niple estão bem cravados na mangueira plástica, e se a rosca do niple está em condições de uso.	UND	354	69,80	24.709,20
00028		RECARGA DE GAS CARBONICO CO2 PARA EXTINTOR DE INCENDIO COM CAPACIDADE DE 10KG Recarga de Extintor de incêndio, com capacidade de 10 kg, com carga de gás carbônico (CO2).	UND	6	76,83	460,98
					Valor Total:	**38.563,87**

PREGÃO ELETRÔNICO FMS Nº ----/2023

ANEXO II

(MINUTA) CONTRATO Nº ____ / 2023

TERMO DE CONTRATO FIRMADO NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES, QUE ENTRE SÍ FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE LINHARES-ES., E DE OUTRO LADO A FIRMA "VENCEDORA DO PREGÃO ELETRONICO FMS Nº -----/2023, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007712/2023.

Por este instrumento particular de contrato que entre si fazem, de um lado o Município de LINHARES**,** ES, pessoa jurídica de Direito Público, com sede à Avenida Augusto Pestana, 790, Centro, Linhares - ES, devidamente inscrito no C.N.P.J (MF) sob o nº ----------, neste ato representado pelo(a) Secretaria Municipal de ....., portador do CPF (MF) nº --------, residente e domiciliado(a) à ----------, neste instrumento denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, do outro, a empresa ----------**,** estabelecida à----------, devidamente inscrita no CNPJ (MF) nº ----------, representada legalmente neste ato pelo Sr (a) ----------, portador(a) do CPF (MF) n° -------, residente e domiciliado(a) à ----------, adiante denominada simplesmente **CONTRATADA,** tendo em vista o julgamento datado de -----, referente ao Pregão Eletrônico FMS Nº ----/2023, devidamente homologado pela Secretaria Municipal de ----------, no processo nº ----------/20---, têm entre si, justos e contratados, sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei N 10.520/2002 e Lei n. 8.666/93 e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de Empresa Especializada em recarga de Extintores de Incêndio com carga de água pressurizada, Pó Químico e Gás Carbônico e realização de teste hidrostático, com pintura e substituição de mangueiras danificadas que apresentarem alguma avaria como estar ressecada, rachadura, cortes, furos ou ainda se as extremidades estão em condições de uso e verificação se o bico ou o niple estão bem cravados na mangueira plástica, e se a rosca do niple está em condições de uso, do Hospital Geral de Linhares e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde, deste Município, conforme disposto na Licitação Pregão Eletrônico FMS Nº ----/2023 cujo edital consta no **Processo Administrativo nº 007712/2023,** conforme proposta anexa.

PARÁGRAFO ÚNICO - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato e às disposições da Lei n.º 8.666/93, à qual se encontra vinculado, bem como às disposições contidos na Licitação Pregão Eletrônico FMS Nº ----/2023, além das obrigações assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA e dirigida à CONTRATANTE, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato, no que não o contrarie.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

2.1 A CONTRATANTE obrigam-se a:

a) assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato;

b) fornecer à contratada todas as informações necessárias visando propiciar a perfeita execução dos serviços;

c) promover, por meio do servidor designado pela Secretaria competente, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada;

d) efetuar o pagamento à empresa contratada, até 30 (trinta) dias, após a certificação das Notas Fiscais pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as condições de preço e pagamento estabelecidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Entregar os materiais e executar dos serviços conforme estabelecido no contrato e de acordo com as necessidades da Secretaria, fiscalizando-os juntamente com o servidor especialmente designado para essa tarefa;

3.2 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

3.3 Dispor de equipamento, material e pessoal especializado e no quantitativo necessário ao cumprimento do objeto contratado, respeitando as normas de higiene e segurança no trabalho;

3.4 Indenizar o CONTRATANTE, por quaisquer danos pessoais ou materiais, quando resultantes de ação ou omissão, negligência, imprudência ou imperícia dos seus empregados ou prepostos, bem como reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução ou de materiais empregados;

3.5 Arcar com o pagamento de taxas, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, bem como seguros, desde que resultantes da contratação com o Município;

3.6 Credenciar, junto a Secretaria Municipal de Saúde, um representante para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato;

3.7 Emitir, Nota Fiscal/Fatura discriminativa contendo os materiais a serem entregues devidamente atestadas por servidor credenciado, onde o CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes as multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos do edital, desde que não haja nenhum fato impeditivo.

3.8 Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da legislação vigente.

3.9 Entregar e executar os serviços de acordo com as condições e prazos propostos;

3. 10 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;

3.11 Considerando a obrigatoriedade de publicação dos contratos devidamente assinados no Portal de Transparência, para atendimento da Lei nº 12.527/11 de 18/11/11 (Lei Acesso a Informação) e a Lei Complementar nº 131/2009 de 27/05/2009, necessário se faz a **assinatura digital dos contratos** a serem celebrados com o Município. (Certificado Digital).

3.12 Realizar as recargas, teste hidrostático e pinturas e identificação com placas nos extintores;

3.13 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;

3.14 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII, do artigo 55, da Lei Nº 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO:

4.1 A execução do contrato será acompanhada pelos servidores abaixo relacionados, designados representantes da Administração nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, que deverão atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, o que não será permitido qualquer pagamento:

Unidades	Responsáveis
HGL – Hospital Geral de Linhares	Edmar Magnago Klein
SEMUS e demais setores	Valdir Rottemberg Filho

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO E PAGAMENTO

5.1 O preço global do fornecimento é de R$ _____ (_____),conforme proposta comercial de preços unitários da contratada, constante da Planilha de Formação de Preços do termo de referência Edital, apresentada pela contratada, anexada ao presente contrato.

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A CONTRATANTE efetuará o pagamento, à CONTRATADA, pelos produtos efetivamente fornecidos, de acordo com a importância constante da respectiva nota fiscal/fatura.

O pagamento será feito mediante depósito bancário na conta corrente da CONTRATADA, no banco e respectiva agência mencionadas em sua proposta, até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, caso haja

a aceitabilidade do bem, cumprindo o fornecedor as etapas estabelecidas no Edital/Empenho, cabendo ao contratado comprovar sua regularidade fiscal conforme solicitado para habilitação no certame licitatório.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0, 00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

I = 0, 00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

A **CONTRATADA** deverá informar no corpo da Nota Fiscal/Fatura o número do Pregão, número do Processo, número do Empenho e número da Autorização de Fornecimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O CONTRATANTE, na condição de TOMADORA DOS SERVIÇOS, reterá o ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza) de todos os prestadores de acordo com a lista de serviços contida na Lei Complementar nº 10/2011, Lei Complementar nº 012/2012, Decreto nº 1246/2013 e Lei Complementar nº 046/2017.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

PARÁGRAFO QUARTO

Não serão aceitas cobranças realizadas através de títulos colocados em cobrança através de banco ou outra instituição do gênero.

PARÁGRAFO QUINTO

Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

A CONTRATADA deverá requerer o reajuste, se assim entender necessário, após o transcurso de 01 (um) ano, contados da apresentação da proposta, nos termos do artigo 40, inciso XI da Lei nº 8.666/93.

O índice a ser utilizado para o reajuste será o INPC/IBGE ou por outro índice oficial que vier substituí-lo, acumulado

durante o período.

O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

6.1 As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária própria consignada no orçamento municipal para o exercício de 2023 e subsequentes, a saber:

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01.10.122.0100.2069 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEMUS APOIO
3.3.90.30.000 - MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 021
RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTO E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO - SAÚDE

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01.10.122.0100.2069 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEMUS APOIO
3.3.90.39.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - FICHA 023
RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTO E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO - SAÚDE

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01.10.122.0100.2070 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CENTRAL DE TRANSPORTES
3.3.90.30.000 - MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 033
RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTO E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO - SAÚDE

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01.10.122.0100.2070 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CENTRAL DE TRANSPORTES
3.3.90.39.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - FICHA 035
RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTO E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO - SAÚDE

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01.10.301.0097.2082 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE
3.3.90.30.000 - MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 053
RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTO E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO - SAÚDE

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01.10.301.0097.2082 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE
3.3.90.39.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - FICHA 056
RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTO E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO - SAÚDE

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01.10.302.0098.2075 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL GERAL DE LINHARES
3.3.90.30.000 - MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 110
RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTO E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO - SAÚDE

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01.10.302.0098.2075 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL GERAL DE LINHARES
3.3.90.39.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - FICHA 112
RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTO E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO - SAÚDE

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01.10.302.0098.2077 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE SANITÁRIA DE LINHARES - USL III
3.3.90.30.000 - MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 126
RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTO E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO - SAÚDE

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01.10.302.0098.2077 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE SANITÁRIA DE LINHARES - USL III
3.3.90.39.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - FICHA 128
RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTO E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO - SAÚDE

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01.10.302.0098.2081 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE FISIOTERAPIA DE LINHARES - CEFIL
3.3.90.39.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - FICHA 186
RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTO E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO - SAÚDE

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01.10.303.0095.2086 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO FARMACÊUTICA
3.3.90.30.000 - MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 205
RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTO E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO - SAÚDE

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01.10.303.0095.2086 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO FARMACÊUTICA
3.3.90.39.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - FICHA 208
RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTO E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO - SAÚDE

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01.10.304.0099.2072 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
3.3.90.30.000 - MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 214
RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTO E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO - SAÚDE

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01.10.304.0099.2072 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
3.3.90.39.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - FICHA 216
RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTO E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO - SAÚDE

PARÁGRAFO ÚNICO

Para a cobertura das despesas relativas ao presente contrato, serão emitidas Notas de Empenho, à conta das dotações especificadas nesta cláusula.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DURAÇÃO

7.1 O contrato terá sua vigência no **período de 12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado nos termos da legislação.

7.2 O contrato estará vigente a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO E FORMA DE ENTREGA DOS MATERIAIS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1 As recargas e demais serviços nos extintores de incêndio, serão executados de acordo, com um cronograma previamente elaborado pelo fiscal do contrato.

8.2 A empresa vencedora deverá retirar e entregar os extintores de incêndios, para execução dos serviços, nos endereços relacionados no Anexo II,ficando a cargo da contratada todos os custos necessários para o transporte e a execução do serviço, após solicitação do fiscal do contrato, em dias úteis no horário das 8h às 16h.

8.3 Os extintores deverão ser entregues em perfeitas condições de uso e de acordo com as especificações estabelecidas no Edital/Empenho, observando-se, também os prazos de entrega estabelecidos para que se declarem os aceites.

8.4 O servidor responsável pelo recebimento dos extintores poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos materiais ou até mesmo a substituição por outros novos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir do recebimento daqueles que forem devolvidos.

8.5 O Objeto da licitação será recebido previamente para verificação de atendimento aos requisitos editalícios e posteriormente o recebimento total com o devido ateste de recebimento da nota fiscal.

8.6 Os materais e serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.7 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais e execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO

9.1 Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados nos artigos 58, I, e 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Se a Contratada descumprir as condições deste Contrato ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e Decreto n.º 10.024/2019, como falharem ou fraudarem na execução do contrato/ordem de fornecimento, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa no certame, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Pública Municipal.

10.1.1. Advertência - nos casos de:

a) Desistência parcial da proposta, devidamente justificada;

b) Cotação errônea parcial ou total da proposta, devidamente justificada.

10.1.2. Multa - nos seguintes casos e percentuais:

a) Por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento até 30 (trinta) dias: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total contratado;

b) Por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento, superior a 30 (trinta) dias: 15% (quinze por cento) sobre o valor global contratado, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho ou rescisão contratual;

c) Por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;

d) Recusa do adjudicatário em receber o contrato/ordem de fornecimento, dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;

e) Por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Fornecimento: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ou sobre a parcela não executada, respectivamente.

10.1.3. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Linhares/ES, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

I - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

II - não entregar a documentação exigida no edital;

III - apresentar documentação falsa;

IV - causar o atraso na execução do objeto;

V - não mantiver a proposta;

VI - falhar na execução do contrato;

VII - fraudar a execução do contrato;

VIII - comportar-se de modo inidôneo;

IX - declarar informações falsas; e

X - cometer fraude fiscal

a) Por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento superior a 31 (trinta e um) dias: até 03 (três) meses;

b) Por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: até 01 (um) ano;

c) Por recusa do adjudicatário em assinar/receber o Contrato/Ordem de Fornecimento, dentro de até 05 (cinco) dias úteis da data da convocação: até 01 (um) ano;

d) Por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Compras: até 02 (dois) anos;

10.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes

10.2. A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública e a Declaração de inidoneidade será declarado em função da natureza e gravidade da falta cometida e serão aplicadas pelo Prefeito Municipal, as demais sanções pelo Gestor/Fiscal do Contrato.

.10.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.4. Da aplicação das penalidades definidas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação.

10.4.1. O recurso será dirigido a autoridade competente que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis.

10.5. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade caberá pedido de reconsideração, apresentado a autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

10.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - DO DESCONTO DO VALOR DA MULTA

As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Contratante, ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela Contratada mediante depósito em conta corrente da Contratante, dentro de 05 (cinco) dias a contar da intimação, ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 Poderá o presente contrato ser rescindido no todo ou em parte, a qualquer momento, caso ocorram os motivos constantes dos artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICIDADE

12.1 O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial do Estado, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, correndo as despesas por conta da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 As controvérsias decorrentes deste contrato serão dirimidas no foro da Comarca de Linhares, Estado do Espírito Santo, nos termos do art. 99, I, do Código de Processo Civil, c/c o art. 109, I, da Constituição Federal.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato lavrado em quatro vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Linhares - ES, _____ de _____ de _____.

MUNICÍPIO DE LINHARES - ES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ----------

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 - ----------

2 - ----------

PREGÃO ELETRÔNICO FMS Nº ----/2023

ANEXO III

PROPOSTA COMERCIAL

1. Planilha de Formação de Preços

ITEM	LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT	V. UNIT.	V. TOTAL
1.	**1.**					
2.	**2.**					
TOTAL ESTIMADO DA AQUISIÇÃO						

Os valores unitários e totais da proposta deverão ser preenchidos preferencialmente em algarismo e por extenso, para cada lote cotado.

Valor Total da proposta por extenso: _____

Prazo de validade da proposta: _____

DECLARO que nos preços ora propostos e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances, estão incluídos todos os custos que se fizerem indispensáveis à perfeita entrega dos materiais e execução dos serviços objeto desta proposta.

Razão Social:_____

CNPJ: _____

Endereço:_____

Telefones: _____

FAX: _____

E-mail: _____

Banco: _____ Agência: _____ Conta: _____

Nome do representante legal para assinatura do contrato: _____

CPF: _____ Ident. _____

Domicilio e cargo na empresa _____

Profissão: _____

Local/Data: _____

_____

Assinatura do Representante Legal

PREGÃO ELETRÔNICO FMS Nº ----/2023

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Para fins de participação na licitação realizada na modalidade Pregão Eletrônico FMS nº /2023, a(o) *(nome da Empresa)*, Inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº , sediada (o) *(Endereço completo)*, declara, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e, que essa Empresa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei.

Declara ainda a intenção de usufruir, caso necessite, do prazo de regularização fiscal previsto nos artigos 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, estando ciente de que a não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93.

Linhares, _____ de _____ de _____.

_____
(sócio administrador)

PREGÃO ELETRÔNICO FMS Nº ----/2023

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVA PARA HABILITAÇÃO NA PRESENTE LICITAÇÃO

_____(nome da empresa), CNPJ Nº_____,sediada na _____(endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Linhares-ES, de de 2023

NOME E ASSINATURA DO DECLARANTE

PREGÃO ELETRÔNICO FMS Nº ----/2023

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO

(INEXISTÊNCIA DE MENORES EM SEU QUADRO DE PESSOAL, CONFORME DETERMINA O INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI N.º 9.854/99, REGULAMENTADA PELO DECRETO N.º 4.358/02);

_____ (nome da empresa), inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Linhares - ES, de de 2023

(REPRESENTANTE LEGAL)

ANEXO VII

PLANILHA DE DISTRIBUIÇÃO DE RECARGA DE EXTINTORES DE INCENDIO POR SETOR

ITEM	UNID	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ATENÇÃO FARMACÊUTICA	UBS	NAPS	CAPS II	CEFIL	USL	HGL	Manutenção SEMUS	TRANSPORTES	VIGILÂNCIA	TOTAL
•	Und	56857	RECARGA DE ÁGUA PRESSURIZADA (AP) PARA EXTINTOR DE INCENDIO COM CAPACIDADE DE 10L - Recarga de Extintor de incêndio, com capacidade de 10L, com carga de Água Pressurizada (AP)	16	93	2	2	3	10	35	3	2	3	**169**
•	Und	56858	RECARGA DE PÓ QUIMICO SECO (PQS) PARA EXTINTOR DE INCENDIO COM CAPACIDADE DE 4KG - Recarga de Extintor de incêndio, com capacidade de 4KG, com carga de Pó Químico Seco		6					12				**18**
•	Und	56859	RECARGA DE PÓ QUIMICO SECO (PQS) PARA EXTINTOR DE INCENDIO COM CAPACIDADE DE 6KG - Recarga de Extintor de incêndio, com capacidade de 6KG, com carga de Pó Químico Seco	13	87	2	2	2	6	8		1		**121**
•	Und	51732	RECARGA PARA EXTINTOR EM PO QUIMICO COM 12 KG - Recarga de Extintor de incêndio, com capacidade de12kg, com carga pó químico seco (PQS).		9					2				**11**
•	Und	52935	RECARGA DE GAS CARBONICO CO2 PARA EXTINTOR DE INCENDIO COM CAPACIDADE DE 6KG - Recarga de Extintor de incêndio, com capacidade de 6 kg, com carga de gás carbônico (CO2).	4	4				2	19				**29**

•	Serv	3005	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXTINTORES DE INCENDIO -** Teste hidrostático em extintor de incêndio, com pintura e substituição de mangueiras danificadas (que apresentarem alguma avaria como estar ressecada, rachadura, cortes, furos ou ainda se as extremidades estão em condições de uso e verificação se o bico ou o niple estão bem cravados na mangueira plástica, e sea rosca do niple está em condições de uso.	33	199	4	4	5	18	76	6	3	6	**354**
•	Und	56824	RECARGA DE GAS CARBONICO CO2 PARA EXTINTOR DE INCENDIO COM CAPACIDADE DE 10KG - Recarga de Extintor de incêndio, com capacidade de 10 kg, com carga de gás carbônico (CO2).								3		3	**6**

ANEXO VII
PLANILHA DE DISTRIBUIÇÃO DE RECARGA DE EXTINTORES DE INCENDIO POR SETOR COM ENDEREÇO

SETORES	Recarga de Extintor Água Pressurizada 10 L	Recarga Extintor Pó Químico Seco 4kg	Recarga Extintor Pó Químico Seco 6kg	Recarga Extintor Pó Químico Seco 12kg	Recarga Extintor CO2 20BC 6kg	Recarga Extintor CO2 20BC 10kg	Teste Hidrostático com pintura
Almoxarifado Central - F. Básica Av. Prefeito Samuel Batista Cruz, Nº 3780, Bairro: José Rodrigues Maciel, Linhares-ES Tel: 3372 3929	8		6				12
Farmácia Básica Avenida Vitoria, em baixo do Best Western Linhares Design Hotel, Centro – Linhares -ES	3		3		2		8
Farmácia Canivete Rua Argeu Ribeiro de Moraes, Bairro Canivete, Linhares-ES	2		2				4
Farmácia Cidadã Avenida Vitoria, nº 1978, Centro – Linhares -ES	3		2		2		7
Almoxarifado Central – UBS Av. Prefeito Samuel Batista Cruz, Nº 3780, Bairro: José Rodrigues Maciel, Linhares-ES Tel: 3372 3340	7		5		1		13
UBS Araçá " Exodo Felix" Avguaçuí, s/n, Bairro - Bairro Araçá, Linhares-ES Tel.: 3371-7314	3		3				6
UBS Aviso "Etelvina Loureiro Silvério" Rua Wenceslau Brás, 130 - Bairro Aviso, Linhares-ES Tel.: 3372-3301	2		2				4

UBS Bagueira"Natalino Pandolfi" Av. Principal, s/n – Bagueira, Linhares-ES Tel.: 99984-8089	4		4				8
UBS Baixo Quartel "Olimpio da Silva Gama" Rua Principal, s/n - Bairro Baixo Quartel , Linhares-ES Tel.: 99910-6360	1		1				2
UBS Bebedouro "BenevenutoZorzaneli" Rua Tobias José de Andrade, 83 – Bebedouro, Linhares-ES Tel.: 3373-0330	1	1	2				4
UBS "Vila Betânia" Rua Lafaiete Amâncio Nespoli, s/n - Bairro Vila Betânia, Linhares-ES Tel.: 3372-5227	1		1				2
UBS " BNH" Rua 22, s/n - Bairro Novo Horizonte, Linhares-ES Tel.: 3372-3681	2	1	2				5
UBS Canivete UBS "Dr. José Palmeira" Rua William Pignaton, s/n - Bairro Canivete, Linhares-ES Tel.: 3372-4677	2	1	2				5
UBS Centro Rua da Conceição, ao lado da CEFIL, próximo a Praça 22 de Agosto.	1		3				4
UBS N. S. da Conceição Rua Governador Bernardino Monteiro, 276 – Bairro Nossa Senhora da Conceição, Linhares-ES	4		4				8

Tel.: 3372-1819							
UBS Desengano "João Favalessa" Rua Principal, s/n – Desengano, Linhares-ES Tel.: 3264-4692	2		2				4
UBS "Dr. Joel Coelho Ferreira" – CAIC Rua João Gama, s/n – Interlagos I – Linhares-ES Tel.: 3373-5623	4		4				8
UBS Farias "Rodolfo Bitti" Rua Principal, s/n – Distrito de Farias, Linhares-ES Tel.: 3274-6032	2	1	1				4
UBS Guaxe"Alcides Correa" Rua Principal, s/n – Patrimônio do Guaxe, Linhares-ES Tel.: 3274-7035	5		1	4			10
UBS Humaitá Rua Principal, s/n – Humaitá, Linhares-ES Tel.: 3371-1947	4		4				8
UBS Interlagos I Av. Vasco Fernandes Coutinho, 1190 – Interlagos I, Linhares-ES Tel.: 3372-2088	2		2				4
UBS Interlagos II "Mauricio Badiani" Av. Padre Manoel da Nóbrega, s/n" – Interlagos II , Linhares-ES Tel.: 3372-2169	2	1	2				5
UBS Japira"Samuel Batista Cruz" Rua Projetada, s/n – Patrimônio da Japira, Linhares-ES Tel.: 99521-3723	2		2				4
UBS Jardim Laguna Rua das Ortências, s/n – Bairro Jardim Laguna, Linhares-ES	4		4				8

Tel.: 3373-6645							
UBS Juparanã/ Três Barras "Marcia Maria da Silva Couto" Rua Jonas Lopes, s/n – Bairro Três Barras, Linhares-ES Tel.: 3371-7256	4			4			8
UBS Lagoa do Meio "José Maria de O. Marques" Av. Tupinambás, s/n – Bairro Lagoa do Meio, Linhares-ESTel.: 3371-1105	4		4				8
UBS Linhares V "Maria Souza dos Santos Rua Maria GiuriatoFrisso, s/n – Linhares V,Linhares-ESTel: 3372 1762	2		2				4
UBS Nova Esperança Rua Santa Joana, s/n – Bairro Nova Esperança, Linhares-ES Tel.: 3373-2626	2		2				4
UBS Perobas Rua Principal, s/n – Patrimônio Perobas, Linhares-ES Tel.: 99836-5478	1		1				2
UBS Planalto Av. José Francisco CarminatiBacheti, s/n – Bairro Planalto, Linhares-ES Tel.: 3372-4405	4		4				8
UBS Pontal do Ipiranga "Luiz Candido Durão" Av. Jupiter, s/n – Distrito do Pontal do Ipiranga, Linhares-ES Tel.: 3274-5105	2		2				4
UBS Povoação "Manoel Pereira da Silva" Rua Ricardo Ferreira Leite, s/n – Distrito de	2	1	1				4

Povoação, Linhares-ES Tel.: 3274-2163							
UBS Regência "Glaudison Elias Caliman" Av. Lirio de Oliveira, s/n – Distrito de Regência, Linhares-ES Tel.: 3274-1124	2		2				4
UBS Rio das Palmas "AntonioMerlo Fernandes" Rua Principal, s/n – Patrimônio Rio das Palmas, Linhares-ES Tel.: 3371-1938	2		2				4
UBS Rio Doce Rodovia ES 358, Linhares-ES	2		5	1	3		11
UBS Rio Quartel "Ana Nunes Cardoso" Rua Sta Luzia, s/n – Distrito de Rio Quartel, Linhares-ES Tel.: 99910-6360	2		2				4
UBS Santa Cruz"Pedro Felipe Santiago" Rua Antenor Elias, s/n – Bairro Santa Cruz, Linhares-ES Tel.: 3372-4594	2		2				4
UBS São José "João Fernandes Souza" Av. João Bonicenha, s/n – Bairro São José, Linhares-ES Tel.: 3372-3737	2		2				4
UBS São Rafael "Hercilio de Angeli" Rua Principal, s/n – Distrito de São Rafael, Linhares-ESTel.: 3274-3200	2		2				4
UBS Shell "CathariaRomanhaLorenzuti" Av. Cachoeiro de Itapemirim, s/n – Bairro Shell, Linhares-ES Tel: 3372-2139	2		2				4

Unidade Móvel	1		1				2
Casa Rosa Avenida Nicola Biancardi, nº 310, Shell, Linhares-ES. Tel: 3373 6930 /6178	2		2				4
CAPS II Rua Augusto Pestana, nº 1.143 – Centro, Linhares-ES. Tel: 3371 8453	2		2				4
CEFIL Rua Governador Bley, s/nº- Bairro Colina, Linhares-ES. Tel: 3372 2998	3		2				5
Manutenção da SEMUS Monsenhor Pedrinha, 515, Bairro Araça, Linhares-ES, ao lado do Supermercado Moro	3					3	6
USL Rua Governador Bley, s/nº- Bairro Colina, Linhares-ES Tel: 3372 2098	10		6		2		18
Almoxarifado central - HGL	6		4		1		11
HGL – Hospital Geral de Linhares Rua Monsenhor Pedrinha, S/Nº, Bairro Araçá, Linhares-ES Tel: 3372 3043 // 3081	29	12	4	2	18		65
Setor de Transporte Avenida Prefeito Samuel Batista Cruz, Linhares-ES, BR 101, Próxima a Pianna Rural. Linhares-ES Tel3372 2539	2		1				3
Vigilância em Saúde Rua Álvaro Garcia Durão, 955 –Bairro Três Barras, Linhares-ES Tel: 3371 1480	3					3	6
TOTAL	**169**	**18**	**121**	**11**	**29**	**6**	**354**